

Sopa de letrinhas 2x

Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90.

FACCHINI, Regina.

Rio de Janeiro: Garamond – Seção Garamond Universitária, 2005. 304 p. (Sexualidade, gênero e sociedade, v. 6).

Já no título de sua obra, Regina Facchini denuncia o tamanho do desafio a que se propõe: pensar sobre o movimento homossexual organizado, no Brasil, associando-o à construção daquilo que a autora chama de “identidades coletivas”. Resultado de dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, o livro está dividido em cinco grandes áreas, três capítulos, nos quais a autora discorre sobre o início do trabalho de campo, localizando a si mesma como ativista em organizações não-governamentais (ONGs).

Durante o processo de definição temática de sua pesquisa de mestrado, a autora se deparou com questões que até então não se haviam apresentado: ela própria, ativista de uma entidade sindical, no início dos anos 90, conta que percebeu a amplitude das diferenças entre ser “um grupo organizado” e “uma ONG”, ou, no limite, entre “ser” uma ONG desde sempre e “se tornar” uma ONG por exigências organizativas e financeiras; ainda nesse campo, ela aponta para as diferenças também entre os públicos-alvo das organizações não-governamentais, e como as categorias foram sendo adequadas às discursividades de cada época, deslocando-se, por exemplo, a noção de “povo” para a noção de “cidadão”, logo no início dos anos 80, quando os movimentos sociais eram bastante influenciados por ideais de esquerda e libertadores.

A autora vai elencando seus temas, que vou agrupar aqui em apenas três tópicos temáticos – e o faço porque o livro parece poder ser resumido de tal forma: primeiro, uma vasta (dentro dos limites da pesquisa realizada) reconstrução histórica dos movimentos homossexuais no Brasil, partindo do final dos anos 70 e chegando aos 90 (do século XX), década na qual centra seu estudo, tomando como base um grupo de defesa e promoção dos direitos de homossexuais (e transexuais e travestis), na cidade de São Paulo. Segundo, embora ainda dentro do campo da reconstrução histórica, há no livro uma área destinada a discutir as tensões surgidas no seio dos movimentos organizados (e na vida dos indivíduos homossexuais), com o advento da Aids, e as mudanças ocorridas no meio não-governamental, com a emergência das “ONGs/Aids”, entidades estruturadas a partir do impacto da epidemia da doença, causada pelo vírus da imunodeficiência humana (HIV), assim como discutir de que maneira essas “novas” ONGs foram incorporadas ou rechaçadas pelas demais, em especial por aquelas que atuavam junto a homossexuais. Em terceiro lugar, encontra-se o resultado mesmo da pesquisa de Facchini, descrições de suas inserções em campo (o campo está referido como tendo durado de 1997 a 2001, com saídas e reinserções), contatos com o grupo do movimento homossexual escolhido para ser pesquisado em São Paulo (Grupo CORSA – Cidadania, Orgulho, Respeito, Solidariedade e Amor) e alguns questionamentos acerca do objetivo de estudar a construção de identidades coletivas nos anos 90, dentro do recorte da homossexualidade.

Ficam de fora desses três tópicos questões abordadas pela autora na introdução, quais sejam, a contextualização acadêmica de seu trabalho, definição de metodologia, escolha do campo, tema, objetivos, e o diálogo com as literaturas existentes, tanto sobre organizações do movimento social, e as transformações destas em organizações não-governamentais “profissionais” (aspas minhas), quanto sobre o movimento homossexual e, ainda, a relação entre

movimentos sociais e as identidades.

Em relação aos movimentos sociais organizados no Brasil, Facchini ressalta a importância de se compreender o contexto social e político brasileiro, no que diz respeito ao período de governos militares e à posterior redemocratização do país, para só então tentar entender as articulações de grupos organizados – mulheres, negros, homossexuais. Ao escolher os grupos homossexuais, a autora explica que o fez também para ampliar as possibilidades de tensionamento teórico ao pensar as relações entre identidades e movimentos sociais. Tomando como exemplo os estudos de Edward MacRae (pesquisa realizada na década de 80 e publicada em 1990)¹ junto ao Somos, oficialmente o primeiro grupo homossexual organizado no país, surgido em São Paulo em 1978, Facchini passa a trabalhar com as noções acerca das identidades construídas, tarefa que realiza no limite da superficialidade, defendendo que o fato de grupos “alternativos” (destaque da autora) serem teoricamente anti-autoritários e construídos para serem “comunidades de iguais” (idem), isso na prática não seria verificado, com a existência de divisões, problemas, cobranças e estruturas burocráticas tão tradicionais quanto de uma instância governamental.

Avançando nessa questão, a autora se apropria de conceitos sobre identidades, desenvolvidos por outros autores, enfatizando o caráter relacional da construção das mesmas, definindo que é no limite da relação com um outro grupo humano que um determinado grupo humano pode estabelecer, de alguma forma, uma noção identitária, uma vez que esta não pode ser construída apenas por auto-atribuição. Ao apresentar, na terceira e última parte de seu trabalho, os resultados do trabalho de campo realizado junto ao Grupo CORSA, a autora volta ao tema das identidades, e este é o caminho que farei aqui também.

Creio que o levantamento histórico realizado traz uma contribuição bastante significativa para a compreensão dos movimentos sociais organizados no país, especificamente os homossexuais, ao reconstruir de forma detalhada a trajetória daquilo que se convencionou chamar “sociedade civil organizada”, na área dos direitos humanos. Utilizando como fontes indivíduos de destacado ativismo no campo dos grupos organizados de defesa e promoção dos direitos de homossexuais, autores diversos e documentos jornalísticos e históricos, a autora presenteia quem a lê com muitas histórias de luta, organização, trabalho ativo no combate às discriminações,

dados estatísticos sobre violência contra homossexuais, e informações históricas sobre o surgimento dos movimentos sociais no Brasil, e a posterior “profissionalização” destes.

É nessa área do livro, que a autora chama de “recomposição histórica”, que se encontram os maiores detalhes da obra. Mesmo sem contextualizar a “entrada em campo”, a autora deixa bastante claro quais foram suas fontes, com quais autores dialoga, e a importância da trajetória pregressa para se compreender contemporaneamente o papel e a atuação das organizações não-governamentais, não apenas vinculadas à questão homossexual, embora este seja o cerne do trabalho realizado.

Em que pese estar incluída nessa parte do livro, há uma subárea temática dedicada exclusivamente a entender o impacto da epidemia de Aids nas organizações não-governamentais existentes na época de seu surgimento no país, em meados dos anos 80, e também a reação dos demais movimentos sociais de homossexuais à doença. Nessa parte, a autora apresenta o período de retomada do ativismo homossexual brasileiro, muito estimulado pelo advento da Aids, e seus desdobramentos e características estigmatizantes para homossexuais, e de que maneira grupos organizados mais informalmente foram buscando registro e reconhecimento legal como organização não-governamental, visando a participação em concorrências governamentais para financiamento de projetos genericamente chamados de “prevenção de Aids” ou “para defender direitos de gays, lésbicas e travestis” (grifos meus).

Finalmente, de maneira mais enfática, é neste último trecho da recomposição histórica que Facchini trata da “sopa de letrinhas” do título de seu trabalho, ao analisar a variedade e intensidade da realização de eventos, seminários, encontros, congressos e mobilizações efetivadas a partir do final dos anos 80 e realizadas, com maior ou menor frequência, até o momento em que ela escreve sua dissertação² e lança seu livro aqui resenhado. A trajetória estudada poderia ser resumida assim: movimentos sociais diversos, tendo em comum a defesa dos direitos das minorias e ideologias de esquerda, vão aos poucos se tornando mais profissionais e organizados, buscando reconhecimento social e legal, e requerendo a condição de organização não-governamental (associando essa condição à seriedade de seu trabalho) e o merecimento de financiamentos privados ou governamentais. No campo específico das organizações

homossexuais, outras questões se apresentaram como cruciais em épocas de paradas, marchas, congressos e projetos voltados ao “orgulho gay”; talvez a principal delas seja o dilema entre respeitar identidades de gênero singulares e propor, através de Fóruns e Associações, o englobamento e a inclusão de todas as categorias de expressão da sexualidade e da afetividade humanas em grupos únicos.

O que teoricamente seria ideal, isto é, reunir o maior número possível de representantes de minorias em grupos amplos, para fortalecer uma luta que seria comum, se torna na prática um problema. Esse problema é bem explorado pela autora em seu trabalho, mas ficam de fora questões muito significativas de gênero e identidades sexuais que não surgem apenas no momento de se organizar reuniões em ONGs ou Paradas da Diversidade. Para além de se discutir a inclusão ou exclusão através do simbolismo das siglas (daí a idéia de sopa de letrinhas) – que inicialmente tinham duas letras, depois três, depois cinco,³ e sabe-se lá até onde vão –, talvez fosse pertinente apontar para as interfaces entre os grupos que estão por trás dessas siglas. Em que pese considerar relevante conhecer as mobilizações políticas desses grupos, para tentar aprofundar o entendimento sobre as políticas de promoção de direitos dos homossexuais e de prevenção de Aids no país, creio que seria mais interessante para quem lê, e fundamentalmente para quem não compartilhou e não compartilha dessas trajetórias coletivas dos grupos homossexuais, saber quais as condições de diálogo entre, por exemplo, grupos organizados de lésbicas e o movimento feminista.

Ou, talvez mais importante ainda, conhecer as condições em que se dão as relações entre os indivíduos representados pelas letrinhas todas das siglas – sopa: basta relatar que travestis não participam de grupos de gays, para abordar a questão? É realmente suficiente apontar que lésbicas não encontram espaço de atuação em grupos masculinos e preferem sair e criar seus próprios grupos?

Se a proposta temática é pensar a construção de identidades coletivas, e se a própria autora sugere que essas identidades são construídas de forma relacional e contrastiva, nem sempre atendendo às premissas de igualdade existentes no interior dos grupos do movimento homossexual, caberia uma abordagem mais atenta sobre as separações, divisões e fundações de grupos a partir de grupos, pensando de que maneira as identidades e limites são estendidos e retraídos, de acordo com os

interesses participativos maiores ou menores e as possibilidades de expressividade das identidades de gênero dentro de contextos diversos. Certamente, mesmo que pareça uma constatação óbvia, as diferentes possibilidades de vivência de suas identidades para homens e mulheres homossexuais, travestis, transexuais, bissexuais e transgêneros (e quaisquer outras categorias possíveis) estão pautadas pelas oposições e forças em disputa nos campos sociais e políticos em que estas se encontram.

Na parte final de seu trabalho, Facchini nos apresenta o Grupo CORSA, formado por homens de diferentes lugares do Estado de São Paulo, mas que tinham em comum, na época da fundação do grupo, a participação em grupos de psicoterapia para homossexuais. Em 1997, ainda em seu início, o CORSA estava inserido em um momento de efervescência dos movimentos homossexuais organizados em São Paulo, e foi o principal articulador da I Parada da Diversidade,⁴ realizada em junho deste mesmo ano, a partir de uma passeata realizada pelos organizadores do Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis, também realizada em São Paulo, em fevereiro daquele ano.

É nesse capítulo que travamos contato com ativistas contemporâneos e as demandas organizacionais e estruturais das ONGs de defesa dos direitos de homossexuais, suas interfaces e interlocuções com outras organizações não-governamentais, especialmente com aquelas voltadas especificamente ao trabalho de prevenção de Aids e outras doenças sexualmente transmissíveis. Em sua análise, Facchini dá voz e vez aos ativistas do CORSA, acompanhando suas reuniões, atividades, discussões e eleições de diretoria. A observação participante da autora nos permite entender, observadas as limitações pertinentes ao olhar distante, os caminhos do CORSA desde seu início, com concepções religiosas católicas presentes, buscando uma diferenciação entre seus ativistas e outros grupos mais “radicais” até a inevitável transformação de suas características primárias, tendo que “se tornar uma ONG”, a fim de garantir sua sobrevivência prática, com uma sede, financiamento para campanhas e ampliação da sua visibilidade no campo.

Embora contenha muitos detalhes dos processos internos do grupo, alguns questionamentos podem ser feitos: novamente, a questão de gênero, relativa à participação de lésbicas e travestis no grupo, é tratada com alguma superficialidade, e assim também acontece com as descrições de disputas internas

e brigas com outros grupos, especialmente na organização de alguns eventos. Mesmo que se compreenda a escolha do recorte da autora, e as limitações impostas por esse recorte, alguns temas parecem tratados exaustivamente sem necessariamente contribuir para a discussão, e outros são abordados 'por alto', quando poderiam ajudar a entender a proposição inicial da pesquisa de mestrado, que era entender o movimento homossexual brasileiro e a construção de identidades coletivas nos anos 90.

Ao fim da leitura, pode-se ter a impressão de que o tamanho da ousadia temática proposta acabou perdendo qualidade em alguns momentos, e tendo de sobra em outros, como no já citado capítulo da recomposição histórica. Poder-se-ia dizer que Facchini acabou criando uma segunda "sopa de letrinhas", ou multiplicando por dois aquela que já havia verificado em campo, em seus estudos também teóricos. Apesar disso, a leitura é interessante, instigante, e certamente contribui, se não para uma maior compreensão das trajetórias de construção das identidades coletivas nos anos 90, para ampliar o conhecimento geral sobre os movimentos homossexuais no Brasil, e sua fundamental importância para o debate da questão da sexualidade e a diminuição dos preconceitos existentes em relação à temática homossexual no país.

Notas

¹ MACRAE, 1990.

² FACCHINI, 2002.

³ Pelo menos sete siglas de designação dos grupos homossexuais aparecem no trabalho: GL (gays e

lésbicas), GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), GLT (gays, lésbicas e travestis), GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e travestis), LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e travestis), LGBTQ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais), e LGBTQIT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros).

⁴ A Parada é um evento anual que inicialmente marcava a data do levante de Stonewall In, bar frequentado por homossexuais e travestis em Nova Iorque, Estados Unidos, que foi invadido por policiais em 28 de junho de 1969. A resistência de seus frequentadores à invasão policial foi um divisor para a organização de homossexuais em todo o mundo, e a data se tornou conhecida como Dia do Orgulho Gay (Gay Pride Day), dando início a manifestações anuais em diversos países. No Brasil, com a ampliação da participação de indivíduos de outras orientações sexuais, mudou de nome para Parada Livre (em Porto Alegre), Parada da Diversidade (em São Paulo), e outras denominações em outros estados e cidades, em oposição ao nome original estadunidense, Gay Pride Parade.

Referências bibliográficas

- FACCHINI, Regina. *"Sopa de Letrinhas"? – Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. 2002. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Departamento de Antropologia do IFCH, UNICAMP, Campinas, SP, 2002.
- MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da "abertura"*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

Anelise Frões ■

Universidade Federal do Rio Grande do Sul